




SOBRE A NATUREZA SUICIDÁRIA DOS FASCISMOS

On the suicidal nature of fascisms

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello *

 <https://orcid.org/0000-0002-4281-995X>

RESUMO

Este artigo pretende apreender a natureza suicidária dos fascismos, que se antevê em suas manifestações contemporâneas, a partir de uma breve exposição de algumas das determinações fundamentais dos fascismos históricos, tendo por base, sobretudo, as experiências italiana e alemã, e tomando como eixo teórico principal a obra *Os Labirintos do Fascismo*, de João Bernardo. A partir da crítica da economia política, tal natureza suicidária é, então, tomada como expressão do caráter desmedido da acumulação de capital, ele próprio um “sujeito automático” suicidário. Dessa perspectiva, por fim, procura-se indicar sinistras tendências contemporâneas que se apresentam como virtualidades em um contexto de crise crônica de sobreacumulação de capital.

PALAVRAS-CHAVE

Fascismo; Capital; Crise Econômica.

ABSTRACT

This article intends to apprehend the suicidal nature of fascism, which can be seen in its contemporary manifestations, based on a brief exposition of some of the fundamental determinations of historical fascism, based, above all, on the Italian and German experiences, and taking as a theoretical axis work *Os Labirintos do Fascismo*, by João Bernardo. From the critique of political economy, such a suicidal nature is then taken as an expression of the excessive character of capital accumulation, itself a suicidal “automatic subject”. From this perspective, finally, it seeks to indicate sinister contemporary trends that present themselves as virtualities in a context of chronic crisis of overaccumulation of capital.

KEYWORDS

Fascism; Capital; Economic Crisis.

*Sociólogo. Sociólogo. Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, Brasil). Docente no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). E-mail: gusmcmello@yahoo.com.br

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p258-272



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

Em um passado recente, eram poucos aqueles que evocavam os fascismos não como um insulto, a ser disparado à falta de argumentos, mas como um fenômeno histórico cuja análise exigia devassar o próprio âmago das formações sociais modernas, e em torno do qual foi estruturado um conjunto de análises rigorosas que auxiliavam a compreensão de dimensões relevantes da contemporaneidade. Entretanto, essa situação foi desafiada pela própria ascensão de forças de extrema-direita em diversos países, por vezes com considerável nível de articulação internacional, as quais atualizam preceitos e práticas tributários, conscientemente ou não, dos legados fascistas, ainda que em configurações e em contextos históricos bastante diversos.

Nos últimos dois ou três anos, autores versados em distintos campos do conhecimento crítico, como Luiz Eduardo Soares (2020), Vladimir Safatle (2020a, 2020b), João César de Castro Rocha (2023), entre vários outros, publicaram obras que caracterizam o bolsonarismo como uma manifestação contemporânea do fascismo, tomado propriamente como um conceito. Para tanto, valeram-se de estudos dos fascismos históricos não como subterfúgio para ignorar as novidades e para apagar as especificidades dos fenômenos, numa noite em que todos os gatos são pardos, mas para deles extrair prolíficas análises que iluminam aspectos decisivos da atual desdita brasileira.

Nesse sentido, por exemplo, ante a deflagração da pandemia de Covid-19, Vladimir Safatle mobilizou a noção de “Estado Suicidário”, tomada de Paul Virilio (1993), pois, segundo aquele, estaríamos diante de uma ruptura qualitativa na atuação estatal, uma vez que, junto à exacerbação do necropoder, ou a “administração da morte de setores de sua própria população”, fartamente exercido ao longo da história em favor das classes dominantes, estaria o “flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição” (Safatle, 2020a, p. 2)¹. A despeito da iminente emergência de formas inauditas de barbárie, tal situação encontraria precedentes, dentre os quais Safatle destaca a Alemanha nazista e o Telegrama 71, escrito por Hitler em 1945². No contexto atual, o Brasil seria um laboratório em que fascismo e ultraliberalismo articulam-se numa macabra orgia, vampirizando os restos de uma sociedade em colapso. Estaríamos, assim, numa condição de vanguarda, fornecendo ao mundo novos dispositivos e tecnologias de produção e gestão da barbárie.

¹ Como se verá, na concepção ora considerada, o Estado suicidário emerge da conjunção da sede desmedida de acumulação de capital — calcada na predação da população trabalhadora e da natureza — com a acumulação desmedida de poder político. Para tanto, o imperativo da mobilização social total, a partir da incessante produção de inimigos internos e externos, expressa-se numa compulsão belicista e necrófila, uma espécie de curto-circuito entre aniquilação e autoaniquilação.

² “O telegrama 71 — *Se a guerra está perdida, que pereça a nação* — no qual Hitler decide somar seus esforços aos de seus inimigos para consumir a destruição de seu próprio povo, aniquilando os últimos recursos de seu habitat, reservas civis de toda natureza (água potável, carburantes, víveres, etc.) é o desfecho normal” (Virilio *apud* Deleuze; Guattari, 1996, p. 104). Logo, à luz da experiência brasileira, constata Safatle (2020b), “não será a primeira vez na história que uma dinâmica de afetos e crenças desta natureza ganhou corpo. Esta implosão aberta de qualquer princípio elementar de solidariedade, esse desprezo com os que morrem, esse culto do próprio suicídio como prova de ‘coragem’, essa violência cada vez mais autorizada até a formação aberta de milícias populares, esta crença em uma revolução nacional redentora, isto tudo tem nome. Costuma responder pura e simplesmente por ‘fascismo’”.

De fato, quando da deflagração da pandemia de Covid-19 tornaram-se comuns episódios de exposição voluntária ao contágio como forma de afirmação de uma suposta liberdade individual, de apoio tácito ou explícito ao governo Bolsonaro, e de virilidade e destemor. Logo nos primeiros meses de avanço do vírus pulularam manifestações contra as medidas de isolamento social, que envolveram coreografias com caixões e buzinaços em frente a hospitais; coros de frequentadores de bares do Leblon, apinhados, sem máscaras, maldizendo o vírus e hostilizando a vigilância sanitária; bem como aglomerações de seguidores de Bolsonaro em frente ao Palácio do Planalto, entre outros³. Estaria em jogo aí um “um experimento de economia libidinal” (Safatle, 2020a, p. 3), que faz com que o desejo — revolucionário — de destruição do atual estado de coisas se converta em autodestruição, em um ritual de “autoimolação sacrificial” (Safatle, 2020a, p. 3)⁴.

Mesmo uma breve reflexão pode revelar que a evocação dos fascismos históricos, como a feita por Safatle, nada tem de gratuita ou apressada. É isso que se pretende argumentar ao longo deste artigo, buscando articular o caráter necrófilo e suicidário dos fascismos à natureza eminentemente desmedida da acumulação de capital, ainda que de maneira introdutória.

Para tanto, procedeu-se a uma revisão crítica das obras de um conjunto de autores que produziram estudos seminais sobre os fascismos históricos, como é o caso de Wilhelm Reich (1988), Franz Neumann (2009), Evgeny Pachukanis (2020) e Walter Benjamin (1996), no sentido de conceituar o fascismo e apreender suas dinâmicas fundamentais de emergência, tendo como referência central, não obstante, a obra de João Bernardo (2018). No que tange aos nexos entre a dinâmica de acumulação de capital, as crises e os fascismos, recorreu-se ainda à crítica marxiana da economia política, em particular *O Capital*.

Características e caracterizações elementares dos fascismos, na tradição da crítica da economia política

Em sua análise do fascismo produzida no calor dos acontecimentos, e publicada pela primeira vez em 1933, Wilhelm Reich (1988, p. 201) exorta o leitor a nunca “esquecer que Hitler sempre se baseou — e com muito êxito! — no ódio justificado das massas humanas às democracias ilusórias e ao sistema parlamentar”. Ao que se deve acrescentar, a partir do Behemoth de Franz Neumann (2009, p. 438–9), também escrito a quente, que “essa é a técnica do nacional-socialismo - fazer com que a ação de um aparelho autoritário pareça uma atividade espontânea das massas”. Em certo sentido, a liderança fascista, o “herói

³ Em um vídeo, em meio à “primeira onda” da Covid-19 e à toda comoção que ela produziu, uma dita “influencer” registra a realização de uma festa em que estão ausentes qualquer medida de distanciamento social, mas não a má consciência. Em um dado momento, a anfitriã embriagada faz um brinde com suas convivas, exortando: “Foda-se a vida!” (cf. Youtube, 2020). Essa mesma figura iria aproveitar a catástrofe das inundações no sul da Bahia, no final de 2021, para fazer publicidade de uma empresa que presta serviço de taxi aéreo com helicópteros. Aproveitando o cenário de destruição, ela declara sorridente que o serviço faz a “viagem ficar muito mais curta, prática e mais bonita” (Folha de São Paulo, 2021).

⁴ Da perspectiva crítica esposada e desenvolvida por Safatle, a economia libidinal designa a íntima articulação entre as formas de interações sociais e as estruturas da subjetividade, diretamente ligadas a dinâmicas desejanças que conformam comportamentos individuais (cf. Safatle, 2008).

exterminador”, respondia à “necessidade de expiar os pecados da direita por meio de uma revolta da extrema direita. [...]. Em suma, o nazismo foi uma raiva burguesa dirigida contra a burguesia” (Pasolini, 2022).

Trata-se, aqui, não só da festa da imolação do outro, mas também de si próprio; não só de sadismo, mas de um masoquismo que rompe com os limites da autopreservação. Ressoa, assim, o conhecido aforisma de Benjamin (1996a, p. 196), de que

na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma no espetáculo para si mesma. Sua autoalienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. Eis a estetização da política, como a prática o fascismo.

Recorde-se os desfiles, estandartes, uniformes, brasões, os discursos e as diversas peças de propaganda nazista, em que se simulava, simbolicamente, a existência de uma comunidade “ariana”, orgânica, coesa, e igualitária, e em que se clamava a sua superioridade racial e se encenava a guerra contra os inimigos da vez e contra os fatores de suposta “degenerescência”.

Como nas obras de arte, o que importa aqui é, antes de tudo, a forma, que se sobrepunha ao pastiche dos conteúdos, por vezes contraditórios entre si. Em consonância com o espírito de seu tempo, ainda na primeira metade da década de 1920, em seus cadernos de desenho, Hitler havia esboçado símbolos e indumentárias nazistas, bem como idealizado as paradas espetaculosas que se tornariam realidade na década seguinte. Logo, alguma terrível verdade havia nos delírios de Mussolini e Hitler quando o primeiro declarava: “eu não sou um estadista, sou um poeta”; e o segundo, “sou artista, não político”, (*apud* Bernardo, 2018, p. 1141, p. 1156, [respectivamente]). Na mesma direção, denunciando os nexos entre a estética fascista e a eugenia, Goebbels (*apud* Sontag, 1986, p. 73) assevera em 1933 que a política é “a mais elevada e mais compreensiva de todas as artes, e nós, que formulamos a nova política alemã, nos sentimos como artistas (sendo a tarefa da arte e do artista a de moldar, dar forma, remover os doentes e criar liberdade para os saudáveis)”. De fato,

o nacional-socialismo de Hitler foi um idealismo absoluto e é neste sentido que devemos interpretá-lo enquanto estética. A realidade como resultado da atividade criadora do espírito, de um espírito, o do Führer, era esta a doutrina artística. E a transformação das massas em obra de arte, era este o sentido último da política (Bernardo, 2018, p. 1164).

Algo similar pode ser dito do fascismo italiano, e é Mussolini (2020) quem o expressa, ao confessar que “o conceito Fascista de vida é religioso [...]. O Fascismo é não só um sistema governamental, mas também e acima de tudo um sistema de pensamento”; sistema esse com pretensões totais, que toma o “homem” como matéria plástica, cuja “alma”, por meio da “disciplina” e da “autoridade”, há de ser penetrada, amoldada, e dominada⁵.

⁵ Em *A Doutrina do Fascismo*, escrita junto com Giovanni Gentile e publicada pela primeira vez, em formato de livro, em 1933, Mussolini assevera: “em resumo, o Fascismo não é apenas um provedor de leis e um fundador

Adiante seguiremos insistindo que, longe de ser uma mera analogia ou uma hipótese exótica, é necessário levar a sério a compreensão do fascismo como uma estética, que reputa como falsos os verdadeiros antagonismos sociais e as clivagens de classe, como se fossem artifícios arditamente introduzidos de fora pelos conspiradores judaico-bolcheviques, e que põe em movimento uma espiral de acúmulo de poder, baseado no medo, no terror, e no ressentimento. Por ora, basta lembrar que, como indicava Hannah Arendt (1999), o fascismo exige um perpétuo e incessante movimento, uma mobilização constante, e, deve-se acrescentar, o fanatismo. Até porque, diz Hitler (*apud* Bernardo, 2018, p. 1160),

para dirigir as massas tenho de arrancá-las à apatia. As massas só se deixam conduzir quando estão fanatizadas. Apáticas e amorfas, as massas representam o maior dos perigos para qualquer comunidade política. A apatia constitui uma das formas de defesa das massas. É um refúgio provisório, um entorpecimento de forças que de súbito explodirão em ações e reações inesperadas.

Segundo a conhecida definição de João Bernardo (2018, p. 26), apresentada em seu monumental *Labirintos do Fascismo*, o fascismo, em todas as suas variantes, seria “uma revolta na ordem”, ou “a revolta no interior da coesão” (Bernardo, 2018, p. 24). Décadas antes, Wilhelm Reich (1988) percebera que o fascismo “não é, como geralmente se crê, um movimento exclusivamente reacionário, mas sim um amálgama de sentimentos de revolta e ideias sociais reacionárias” (Reich, 1988, p. 12). Salientando a dimensão agonística e manipuladora desses mecanismos, Walter Benjamin (1996, p. 185) dirá que “vale para o capital cinematográfico o que vale para o fascismo no geral: ele explora secretamente, no interesse de uma minoria de proprietários, a inquebrantável aspiração por novas condições sociais”.

Nesse mesmo sentido, prossegue Reich (1988, p. 12), “a revolta fascista tem sempre origem na transformação de uma emoção revolucionária em ilusão, pelo medo da verdade”. Esta, que impõe o desafio tremendo de revolucionar a sociedade de cima a baixo, inclusive em seus fundamentos subjetivos, é covardemente dissimulada, e substituída pela produção de bodes expiatórios e pelo cínico oportunismo. Logo, “no plano ideológico e psicológico, trata-se de substituir o espírito de classe pelo ressentimento, ou seja, o desejo de acabar com o capitalismo pela aspiração de subir dentro do capitalismo” (Bernardo, 2009). Daí a importância de outro motor do fascismo, as dinâmicas de “renovação das elites” (Bernardo, 2018, p. 336–42), que permitem a alguns enfeitados pela concorrência capitalista assumirem destacadas posições de comando no interior do Estado, do mundo empresarial, acadêmico, artístico etc., e que servem de farol a grandes contingentes de enfeitados, arrivistas e ressentidos.

Essa fusão entre revolta e contrarrevolução foi, desde a primeira hora, reconhecida como uma tecnologia política, que negando cinicamente a clivagem entre classes, dependeria de direcionar corretamente mensagens ao proletariado, que o atribuissem um papel

de instituições, mas um educador e um promotor da vida espiritual. Ele visa remodelar não apenas as formas de vida, mas também seu conteúdo, o homem, seu caráter e sua fé. Para chegar a este propósito, ele aplica a disciplina e usa a autoridade, entrando na alma e governando com incontestável domínio” (Mussolini, 2020).

revolucionário, e às diferentes camadas da burguesia, vendendo-lhes proteção. Convém escutar as palavras de Georges Sorel (*apud* Bernardo, 2018, p. 576), segundo o qual

é tudo uma questão de avaliação, de cautela, de oportunidade. Necessita-se muita subtileza, tato e uma calma audácia para conduzir semelhante diplomacia: fazer crer aos operários que se ergue a bandeira da revolução, à burguesia que se põe termo ao perigo que a ameaça, ao país que se representa uma corrente de opinião irresistível [...]. O futuro está reservado para o partido que souber manipular com mais audácia o espectro revolucionário.

Destaque-se ainda que uma condição incontornável para a prosperidade do fascismo como movimento, e sobretudo para sua consolidação enquanto regime político é a truncagem da acumulação de capital, ameaçando de morte as formações sociais modernas. A tendência à proletarização das classes médias, o desemprego, a deterioração das condições de existência, a frustração das expectativas de ascensão social, as mazelas sociais, dentre outras consequências das crises capitalistas podem lançar água no moinho fascista. É lugar-comum evocar a experiência da guerra total, da hiperinflação, da depressão econômica, e do desemprego em massa nas primeiras décadas do século XX, bem como da pandemia que ceifou talvez dezenas e dezenas de milhões de vidas entre 1918 e 1920, para se elucidar a emergência dos fascismos na Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Japão e alhures. No caso alemão, poder-se-ia destacar ainda certas “feridas narcísicas”, como a das condições draconianas do Tratado de Versalhes, do malogro da Revolução de 1918, da frustração de expectativas diante da República de Weimar, entre outras. Por exemplo, em seu artigo “O que é o nazismo”, escrito à altura do primeiro aniversário do regime nazista, tendo por foco o papel desempenhado pela pequena burguesia nas fileiras nazistas, constatava Trotsky (2018), que

na atmosfera trazida pelo calor da guerra, derrota, reparações, inflação, ocupação do Ruhr, crise, necessidade, e desespero, a pequena burguesia se ergueu contra todos os velhos partidos que lhe haviam enganado. As graves reclamações dos pequenos proprietários, nunca distantes da bancarrota, com seus filhos universitários sem cargos e clientes, exigiam ordem e mão de ferro⁶.

Conforme a síntese de Debord (2005, p. 77), “o fascismo foi uma defesa extremista da economia burguesa, ameaçada pela crise e pela subversão proletária, o *estado de sítio* na sociedade capitalista pelo qual esta sociedade se salva e se dota de uma primeira racionalização de urgência, fazendo intervir maciçamente o Estado na sua gestão”. Nessa síntese, Debord enfatiza não apenas os nexos entre crise econômica e fascismo, bem como

⁶ Em mais uma fórmula de João Bernardo (2018, p. 216), o fascismo “é uma solução heroica. [...] É o partido da nação em cólera”, em particular de uma classe média que “usualmente se satisfaz com a vida burguesa, mas que as crises perturbam, que as atribulações irritam e indignam, e que intervém então brutalmente na vida política com reflexos puramente passionais” (Bernardo, 2018, p. 216). Eis um dos nexos fundamentais entre fascismo e crise econômica. Na sequência do texto supracitado, Trotsky (2018) destaca a importância do agitador fascista na mobilização do ressentimento, ao constatar que “havia no país a quantidade suficiente de pessoas arruinadas e derrotadas com cicatrizes e machucados frescos. Todos queriam bater com seus punhos na mesa. Isto Hitler conseguia fazer melhor que os outros. Verdade, ele não sabia como curar o mal. Mas suas arengas soavam as vezes como comandos e as vezes como ordens voltadas a um destino inexorável. Classes condenadas, como pessoas fatalmente doentes, nunca cansam de fazer variações nas suas denúncias e escutar consolos” (Trotsky, 2018).

a relevância da subsunção do Estado ao projeto fascista e à retomada, a fórceps, da reprodução ampliada do capital, por meio da instauração de um estado de exceção, mas também o antagonismo social que lhe subjaz. Se o fascismo parasita a revolta, dando-lhe um direcionamento contrarrevolucionário, a ele cumpre extirpar as formas genuinamente emancipadoras de ação política, os possíveis canais pelos quais possam fluir energias e disposições revolucionárias. Portanto, “o fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de atos de força e de terror policial”, como salienta Trotsky (2018), “o fascismo é um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa”. Por isso, o fascismo pode ser definido, em sua condição de “movimento de massa”, como “o partido do desespero contrarrevolucionário” (Trotsky, 2018).

A ascensão dos fascismos diante de uma classe trabalhadora derrotada

Novamente convém recorrer a Walter Benjamin (1996, p. 172), quando este apresenta o fascismo como uma “tentativa de estabilizar as relações de propriedade vigentes pela violência aberta”; ou ainda, posto de outra forma, “as massas têm o direito de exigir a mudança das relações de propriedade; o fascismo permite que elas se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações. Ele desemboca, conseqüentemente, na estetização da vida política” (Benjamin, 1996, p. 195), não é demais insistir.

Não obstante, evocando a arguta observação de Clara Zetkin (*apud* Bernardo, 2018, p. 27) sobre o fascismo italiano, ainda em 1923, há de se recordar que “o fascismo não é, absolutamente, a vingança da burguesia contra o proletariado insurgido de maneira combativa. Considerado do ponto de vista histórico e objetivo, o fascismo surge mais porque o proletariado não conseguiu levar adiante a sua revolução”. No mesmo sentido, alguns anos mais tarde, Pachukanis (2020, p. 34) pergunta: “por que o fascismo que, em 1919, era um grupelho absolutamente insignificante, em 1921 cresce a ponto de se tornar uma força política séria? Isso se pode explicar apenas analisando o desenvolvimento e o fracasso do movimento operário revolucionário na Itália nesse período”⁷. De certo modo, isso é expresso pelo próprio Mussolini, que pouco depois de ascender ao poder ridiculariza a oposição de seus antigos correligionários, lembrando que, durante o “biênio vermelho” de 1919 e 1920, as ondas de greve, a multiplicação de conselhos operários, de soldados e de camponeses, as conquistas eleitorais pareciam indicar a iminência de uma revolução comunista, mas que malogrou por conta da tibieza organizativa da classe trabalhadora e da vacilação de seus quadros. Com a postura desafiadora que lhe é característica em condições francamente favoráveis, pergunta o Duce (*apud* Bernardo, 2018, p. 30):

o que é que vos aconteceu? Tivestes resultados táticos brilhantes, mas não tivestes depois a coragem de vos lançar na ação para alcançar o objetivo final! Conquistastes um grande número de municípios, de províncias, de instituições periféricas, mas não compreendestes que tudo isto era completamente inútil se, numa dada altura, não vos apoderásseis do cérebro e do coração da nação, se não

⁷ “O fascismo só adquiriu força significativa depois de o movimento operário estar minado por dentro, também no âmbito mundial ele só se expandiu com o esmorecimento da ampla vaga insurrecional que de um lado ao outro da Europa convertera a guerra numa revolução. Apenas então os fascistas puderam transpor os princípios militares para a sociedade civil” (Bernardo, 2018, p. 251).

tivésseis a coragem de empreender uma estratégia política. Hoje a vossa vez já passou, e não tenhais ilusões — há momentos que a história não repete.

Foi nesse contexto, em que as organizações revolucionárias se viram incapazes de avançar e demonstraram sinais de esgotamento e retrocesso, produzindo frustrações e uma espécie de vácuo político, que surgiram as condições para o ascenso fascista. Um de seus atos inaugurais foi justamente romper violentamente os vínculos entre essas organizações e suas bases populares, por meio de um atroz “assalto lançado pelos *squadristi* contra os organismos partidários, sindicais e cooperativos da classe trabalhadora” (Bernardo, 2018, p. 34).

Assim, “no primeiro semestre de 1921”, calcula Bernardo (2018, p. 34), “as *squadre* devastaram 119 Câmaras do Trabalho, 107 cooperativas, 83 sedes de sindicatos camponeses, 59 centros culturais socialistas, além de tipografias socialistas, bibliotecas, associações mutualistas, num total de 726 destruições”. Esses “esquadrões de ação”, estruturas paramilitares que foram incorporadas ao fascismo como seu braço armado, eliminando adversários e espalhando terror, foram, portanto, muito bem-sucedidos em seus propósitos.

Não é à toa que organizações similares aos camisas-negras de Mussolini estão presentes em toda sorte de experiências fascistas sob as distintas cores do arco-íris, como é o caso dos camisas pardas da SA nazistas, dos camisas prateadas da Legião Prateada norte-americana, dos camisas negras da União Britânica de Fascistas, dos camisas-verdes do integralismo brasileiro, dos camisas-azuis da Falange espanhola, do Partido Nacional-Socialista canadense, ou ainda do Solidariedade Francesa, e mesmo da Sociedade de Camisas-Azuis chinesa. Essa regularidade revela que, como defesa extremista e terrorista do capital, “a essência do fascismo é a ofensiva aberta contra a classe operária com todos os métodos de coerção e de violência; é a guerra civil contra os trabalhadores e o fato de que, com isso, definham os restos da democracia burguesa” (Pachukanis, 2020, p. 65).

No caso alemão, a tese de Clara Zetkin revela-se igualmente válida, o que é confirmado pela seguinte observação de Kracauer (1988, p. 22):

sabe-se que a ‘Revolução’ alemã de novembro de 1918 não chegou a revolucionar a Alemanha; que o então onipotente Partido Social-Democrata se provou onipotente apenas para esmagar as forças revolucionárias, mas foi incapaz de liquidar o exército, a burocracia, os grandes proprietários rurais e as classes abastadas; que estes poderes tradicionais na realidade continuaram a governar a República de Weimar, que entrou em declínio depois de 1919.

Há de se acrescentar ainda que o êxito do fascismo italiano e do nazismo alemão pressupôs a assimilação de elementos da luta operária, depois de despi-los de seu conteúdo revolucionário, como parte fundamental do referido parasitismo sobre a revolta popular. Aliás, trata-se de uma dinâmica característica da reprodução capitalista, a tendência à subsunção das lutas ao capital, ou a assimilação dos dispositivos organizativos, e, de modo mais amplo, das relações sociais produzidas pela classe trabalhadora como fontes de renovação e revitalização do capital - depois de massacrados seus elementos mais radicais e combativos, e de neutralizadas os potenciais revolucionários de tais elementos.

Nesse sentido, “os fascistas começam não apenas a investir contra as cooperativas socialistas”, constata Pachukanis (2020, p. 38), “mas a transformá-las em suas próprias cooperativas fascistas, não apenas investem contra as organizações operárias, mas ainda criam seus próprios sindicatos nacionais”. Já no caso alemão, por exemplo, os corpos francos “assimilaram alguns aspectos da estrutura dos conselhos e aceitaram a existência de delegados eleitos pelos soldados” (Bernardo, 2018, p. 39), que garantiram a aceitação e engajamento por parte deles. No entanto, essa estrutura “democrática”, aparentemente incompatível com a tradição e a lógica militar, foi conformada de modo a reforçar as hierarquias, o autoritarismo e a heteronomia, reduzida à condição de correia de transmissão entre o topo e a base da estrutura militar. Em suma, “só depois de ter recuperado com êxito as instituições nascidas da insurreição que pusera cobro à guerra e de as ter esvaziado de todo o conteúdo primitivo é que o regime de Weimar entrou em crise e, após uma sucessão de governos cada vez mais francamente autoritários, cedeu por fim o lugar ao nacional-socialismo” (Bernardo, 2018, p. 40).

Junto ao processo de assimilação das lutas e formas organizativas da classe trabalhadora, em via de regra os fascismos contaram com ampla – porém longe de irrestrita – adesão por parte de parcelas das camadas mais pauperizadas da população. No caso alemão, por exemplo, “desde 1923”, constata Marcuse (1998, p. 83), “os esforços militantes para estabelecer uma sociedade verdadeiramente democrática cessaram e veio em seu lugar o espírito generalizado de resignação e desespero”. Nesse contexto, era fácil trocar o pouco que se tinha de autonomia por segurança, mesmo que essa segurança tivesse como contraface a “escassez e a opressão”.

Em todo caso, “os membros da Guarda de Ferro romena vinham do campesinato pobre”, registra Hobsbawm (1994, p. 125), acrescentando que “o eleitorado da Cruz em Seta húngara era, em grande parte, operário [...], e após a derrota da social-democracia austríaca em 1934, houve uma visível virada dos operários para o Partido Nazista”. É fato que essa guinada já se anunciava na disseminação do antissemitismo ou nos clamores nacionalistas quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, que contaminou — de modo genuíno ou oportunista — inclusive partidos pretensamente revolucionários, como foi o caso da poderosa social-democracia alemã.

A despeito do fato de não ter havido no Brasil nem o mais remoto esboço de revolução nas últimas décadas, depreende-se das experiências dos fascismos históricos alguns pressupostos comuns ao contexto contemporâneo: crises, acirramento das mazelas e antagonismos sociais, e rotundo fracasso das forças políticas de esquerda em fazer vicejar até mesmo as mais mirradas perspectivas de transformação social, reforçando a produção de frustrações e ressentimentos. Afinal, ao tomar o capital como forma social insuperável, depois de sucessivas derrotas e capitulações, tais forças assumiram como seu horizonte político último o abjeto papel de gestão da barbárie, irmanando-se assim, de modo mais ou menos consciente, às forças da ordem no esforço de estetização da vida política e de fomento a uma dinâmica da acumulação cada vez mais predatória.

A atualidade dos nexos entre fascismo e crises capitalistas

Há de se insistir em uma dimensão do fenômeno que foi evocada por diversos dos autores anteriormente citados, a saber, a da confluência entre crise da acumulação de capital, em seus aspectos mais propriamente macrossociais, e a crise da “economia libidinal” ou dos processos de subjetivação, ou ainda a “crise nas formas de reprodução das dinâmicas normativas dos corpos, desejos, sexualidade e identificações” (Safatle, 2023). Tal confluência foi decisiva para o advento dos fascismos, e não é à toa que, na apreciação de Safatle, o “experimento libidinal” em curso no Brasil tem como um de seus determinantes a sistemática normalização da violência, a produção universal da insensibilidade e da indiferença social, que passam pela concatenação de estratégias tão díspares como a de superexposição, mistificação, esquecimento e ocultamento dessa pungente e brutal história, que evolve desde os primórdios do período colonial.

Desse modo, constata Safatle (2020b), neste país “‘desenvolvimento’ significa uma forma de ‘desaparecimento’, de apagamento. Uma sociedade que começa desta forma sem nunca conseguir olhar para trás e recuperar aquilo que foi destruído, só pode terminar como catástrofe”. Em sentido semelhante, Paulo Arantes (2010, p. 284) recorre à outra noção tomada de Virílio, a de “sociedade do desaparecimento”, que teria emergido no contexto das ditaduras latino-americanas do pós-Segunda Guerra Mundial, as quais mobilizavam sistematicamente não apenas o extermínio, a tortura e outras formas de terrorismo de Estado, mas também a ocultação dos corpos.

Nesse quesito, seria pródiga a gestão Bolsonaro, composta, dentre outros, por criaturas forjadas nos porões da ditadura, cujas técnicas e dispositivos se espraíram nas últimas décadas por cada delegacia, cada batalhão da polícia militar, cada presídio, cada UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). O Estado brasileiro, diz Safatle (2020a, p. 5) “sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por coronavírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis”. Logo, “essa indiferença bruta do esquecimento é um verdadeiro projeto de governo” (Safatle, 2020b), e “esse governo [de Jair Bolsonaro] é a realização necessária de nossa história de sangue, de silêncio, de esquecimento. História de corpos invisíveis e de Capital sem limite” (Safatle, 2020a, p. 8).

Normalização da violência assassina, conversão da revolta em contrarrevolução (preventiva), estetização da política e da vida social, crise econômica e social aguda, derrota e capitulação das forças políticas pretensamente anticapitalistas, reduzidas à aviltante condição de “partidos da ordem”, ou mesmo a gestores da barbárie... Tudo isso soa dolorosamente atual.

Esse último aspecto deve ser enfatizado. São inúmeros os autores e autoras atualmente empenhados em teorizar sobre a “crise estrutural” ou o “colapso” do capitalismo, ou sobre a sinistra conjugação de crises econômica, política e ambiental, que se desdobram em tantas outras e repercutem sobre as mais distintas dimensões da vida social. Da perspectiva da crítica da economia política, trata-se aqui de um desdobramento paroxístico e tresloucado da contradição inerente à forma capital, um sujeito “cego” e “automático”

que tende a subordinar toda a prática social à “finalidade sem fim” da acumulação, e que constitui o princípio organizador, totalizante e totalitário, das distintas esferas da vida social. Em todos os momentos de sua constituição a natureza predatória e suicidária do capital se faz evidente. E aqui há de se levar a sério a compreensão do capital como “contradição em processo”, que constitui o limite de si mesmo (Marx, 1993, p. 706).

Afinal,

o capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa (Marx, 1996, p. 347).

Há de se destacar aqui apenas um aspecto do movimento desmedido do capital, aquele que advém do fato de este ter por substância o trabalho abstrato objetivado no decorrer do processo produtivo, mas que ao mesmo tempo de negar tal substância — e a si próprio —, a cada revolução que opera no processo produtivo, em sua sede desmedida por mais-valia relativa. Processo esse que, diga-se de passagem, foi catapultado nas últimas décadas com as chamadas terceira e quarta revoluções industriais, e suas inovações no campo da informática, telemática, microeletrônica, nano e biotecnologia, robótica, inteligência artificial etc., que por um lado estendem a subsunção real do trabalho ao capital a campos outrora a ela irreduzíveis, e por outro incrementam fortemente a composição orgânica do capital (a proporção entre capital constante e variável), e alijam do processo produtivo grandes contingentes de trabalhadores.

Escrevendo em meados dos anos 1930, Walter Benjamin já contrapunha uma “primeira técnica”, fundida com o ritual e a serviço da magia, que tende a “empregar o ser humano o máximo” possível, a uma “segunda técnica”, que marca o distanciamento entre homem e natureza, e que se baseia no “experimento” e nas “variações incansáveis dos procedimentos de teste”, tendo por objetivo reduzir ao mínimo o emprego humano (Benjamin, 2018). Referendando a análise marxiana sobre a subsunção real do trabalho ao capital, diz ele que, “em certo sentido, podemos considerar o ato máximo da primeira técnica como sendo o sacrifício humano; o da segunda encontra-se no horizonte dos aviões de controle remoto, que dispensam tripulação” (Benjamin, 2018). Algumas décadas mais tarde, Hannah Arendt (1999, p. 296) constataria que

as razões particulares que falam da possibilidade da repetição dos crimes cometidos pelos nazistas são ainda mais plausíveis. A assustadora coincidência com a descoberta de aparelhos técnicos que, pela automação, tornarão “supérfluos” vastos setores da população até mesmo em termos de trabalho, e que, graças à energia nuclear, possibilitam lidar com essa dupla ameaça com o uso de instrumentos ao lado dos quais as instalações de gás de Hitler pareceriam brinquedos de uma criança maldosa – tudo isso deve bastar para nos fazer tremer.

Voltando à obra marxiana, a tendência ao aumento da composição orgânica — ao aumento da proporção entre trabalho morto e trabalho vivo, entre capital constante e capital variável — expressa-se, em um nível mais concreto da exposição, na desmedida que

redonda da contraposição entre duas formas de medida do capital, a taxa de mais-valia, que tende a se elevar, e a taxa de lucro, que tende a declinar. A desmedida do capital, por conseguinte, expressa aqui a impossibilidade de o capital converter seus limites em barreiras, o que está na base das crises de sobreacumulação e de seu caráter crescentemente disruptivo. Em última análise, o capital “reduz o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza” (Marx, 1993, p. 706). Quanto mais aguda essa contradição, e quanto mais combatida as forças que lhe antagonizam, mais desmedido e destrutivo torna-se o capital, acirrando seu caráter espoliador, diante do qual nem remotamente se observa o sempre precário princípio da troca de equivalentes — invólucro formal da exploração. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o fascismo emerge quando a sede desmedida por mais-valia se encontra com a acumulação desmedida de poder político, conformando uma dinâmica social despótica, belicista e suicidária.

As sementes malditas do capital

Convém insistir, por fim, que as experiências fascistas podem servir de lição contra horrores que já podem ser entrevistos. No contexto do nazismo, a propalada “futura Nova Ordem”, segundo Neumann (1942, p. 566), nada mais era “do que a perpetuação das condições de guerra em escala muito maior. É uma ordem de escravidão, tirania e brutalidade”. De fato, àquela altura o mundo testemunhava, conforme insistia Primo Levi (2015, p. 111), o nascimento, “no coração da Europa civilizada e em pleno século XX, [d]o mais brutal sistema escravocrata de toda a história da humanidade”. Ora, o inominável empreendimento do “extermínio em massa de populações inteiras” e a constituição desse vasto sistema escravocrata exigiu que “a administração das SS, um verdadeiro Estado dentro do Estado, e a indústria alemã” tomassem “providências em conjunto” (Levi, 2015, p. 112). Ou seja, foi um produto da articulação entre estruturas estatais e paraestatais, de um lado, e grandes corporações empresariais, de outro, as quais empregaram grandes massas de trabalhadores forçados, lado a lado com seus funcionários regulares. Não se trata de atavismo ou de desvios, mas sim da própria realização do progresso capitalista e da lógica fetichista que lhe é inerente. E é por isso que a atual imbricação entre fascismo e ultraliberalismo nada tem de esdrúxula, e muito menos de anódina.

Mais uma vez, João Bernardo (2018) parece tirar as devidas consequências teóricas dessas experiências, ao perceber que o modo de produção capitalista carrega como virtualidade não apenas a emergência de uma sociedade emancipada, por meio da construção de relações sociais radicalmente igualitárias e avessas a dinâmicas sociais hierárquicas e fetichizadas, baseadas na opressão e na exploração, mas também a de produção de um “metacapitalismo” fundado no mais atroz despotismo e na mais delirante perversidade. Ambos os gérmenes, inerentes às formações sociais capitalistas, existem em tensão propriamente dialética, e diante dela há de se abandonar de uma vez por todas a confortável quimera da estabilização do capitalismo e da contenção de suas tendências destrutivas. Afinal, “o escravismo de Estado, se deixou de existir, não perdeu a realidade histórica pelo fato de Hitler e Himmler se terem suicidado e os campos de trabalho soviéticos se terem esvaziado. A questão permanece inteiramente por resolver”

(Bernardo, 2018, p. 493). E o mesmo pode ser dito do militarismo e da guerra, como revela a corrida armamentista ora em curso.

Esse sonho insano denunciado por Franz Neumann e Primo Levi, como visto há pouco, não apenas dormita, mas luta por irromper e por reinar, à luz do dia. Suas variações, como a da gestão miliciana da vida social, têm aberto caminho Brasil afora, anunciando formas inauditas de barbárie.

Considerações finais

Se os fascismos tendem a medrar ameaçadoramente em contextos de crise capitalista, e se consistem em fenômenos complexos e multifacetados, a recente ascensão — globalmente articulada - de forças de extrema-direita torna imperativo retomar os estudos dos movimentos e regimes fascistas que grassaram pelos quatro cantos do mundo no século passado. Não como um empreendimento diletante, com vistas a tergiversar diante das tarefas atuais, mas como fonte de aportes teórico-conceituais (e também político-organizativos) que possam fortalecer a compreensão crítica do capitalismo contemporâneo e suas manifestações políticas predatórias.

Os fascismos históricos foram derrotados militarmente, mas perseveraram política e ideologicamente, transfigurados (Bernardo, 2018, p. 333, p. 1308, p. 1421). Compreender esse fato pode ser decisivo num contexto como o brasileiro, em que a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, de modo algum, extirpou as bases sociais do fascismo que se articulou em torno de sua figura, mas que o transcende em muitos sentidos. Tal compreensão, conforme se argumentou ao longo do texto, passa por mobilizar aportes fundamentais da crítica da economia política, também ela atualizada à luz da atual dinâmica da acumulação de capital, em que se avulta seu caráter espoliador e o uso da violência direta como forma de mediação social.

Referências

ARANTES, P. E. 1964: o ano que não terminou. In: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica** (segunda versão). Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

BERNARDO, J. **Labirintos do Fascismo** [recurso digital]. 2018. Disponível em: <https://abrir.link/SihOd>. Acesso em: 02 maio 2023.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. Pugliesi é 'cancelada' após publicidade voando em área afetada por enchente. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2021/12/pugliesi-e-cancelada-apos-publicidade-voando-em-area-afetada-por-enchente.shtml>.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KRACAUER, S. **De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão**. São Paulo: Jorge Zahar, 1988.

LEVI, P. A Europa dos campos de concentração. In: LEVI, Primo; DE BENEDETI, Leonardo. **Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945–1986**. Companhia das Letras, 2015.

MARCUSE, H. State and individual under National Socialism. In: **Technology, war, and fascism**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1998.

MARX, K. **Grundrisse: foundations of the critique of political economy**. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MUSSOLINI, B. **A Doutrina do Fascismo** [recurso digital]. [S. l.]: LeBooks Editora, 2020.

NEUMANN, F. **Behemoth: the structure and practice of national socialism**. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.

NEUMANN, F. Labor Mobilization in the National Socialist New Order. **Law and Contemporary Problems**, v.9, n.3, 1942.

PACHUKANIS, E. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PASOLINI, P.P. O futuro já terminou. Entrevista com Pier Paolo Pasolini. *Revista Rosa*, v.6, n.1, 2022.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROCHA, J.C.C. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. São Paulo: Autêntica, 2023.

SAFATLE, V. Violências e libido: fascismo, crise psíquica e contrarrevolução molecular. Dossiê “O que vem depois do fascismo”. **Estilhaços**, v.1, 2023.

SAFATLE, V. **Bem-vindo ao Estado suicidário**. São Paulo: N-1 Edições, 2020a. (Pandemia Crítica).

SAFATLE, V. O Brasil e sua engenharia da indiferença. **El País**, 2020b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-07-02/o-brasil-e-sua-engenharia-da-indiferenca.html?event_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR. Acesso em: 10 abr. 2023.

SAFATLE, V. Por uma crítica da economia libidinal. **Ide**, v. 31, n. 146, 2008.

SOARES, L. E. **Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SONTAG, S. **Sob o signo de Saturno**. Porto Alegre: LP&M, 1986.

TROTSKY, L. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária. 2018.

YOUTUBE. Gabriela Pugliesi perde contratos após fazer festa durante quarentena. **Youtube**, 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3L9403q7GU>.

Submetido em: 31/08/2023

Revisto em: 13/11/2023

Aceito em: 16/11/2023